

**Objetivo:** apresentar os princípios de política pública a partir de uma perspectiva econômica. Para isso, o curso:

- (i) discute o conceito de política ambiental e sua evolução histórica;
- (ii) apresenta ferramentas econômicas para gestão ambiental, baseadas na internalização das externalidades pelo princípio do poluidor-usuário pagador;
- (iii) exemplifica a aplicação de instrumentos econômicos para a gestão ambiental para o caso brasileiro; e
- (iv) introduz o conceito de valoração econômica dos recursos ambientais como forma de estabelecer métricas para a implementação das políticas referidas anteriormente.

### **Programa e bibliografia**

1. Políticas públicas ambientais: História das políticas públicas ambientais; Marco regulatório das políticas ambientais no Brasil; Instrumentos da política ambiental; Cooperação e conflitos em torno das políticas ambientais.

Bibliografia:

ARAÚJO, SMV. "Vinte e cinco anos da Lei da Política Nacional do Meio Ambiente." Revista Plenarium 5 (2008): 236-243.

CAPELARI, Mauro G. M., et al. "Mudança de larga escala na política ambiental: análise da realidade brasileira." Revista de Administração Pública 54 (2020): 1691-1710.

Hopwood, B., Mellor, M., & O'Brien, G. Sustainable development: mapping different approaches. Sustainable development, 13(1), 38-52, 2005.

MOURA, Adriana M. M. (org.) Governança ambiental no Brasil: instituições, atores e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2016

MAGRINI, Alessandra; MARCO, A. S. Política e gestão ambiental: conceitos e instrumentos. Revista Brasileira de energia, v. 8, n. 2, p. 1-8, 2001.

CASTRO, Biancca S.; YOUNG, Carlos E F. Os problemas de coordenação de políticas públicas: desafios para a gestão ambiental no Brasil. 2017.

RIZZINI FREITAS, C. O barato que sai caro: contra-política ambiental e saúde humana. Covid-19, meio ambiente e políticas públicas, v. 1, p. 102-112, 2020.

2. Princípios de Economia da Poluição para a formulação de políticas públicas: Externalidades. Teorema de Coase. Princípio do poluidor-pagador. Instrumentos econômicos para a gestão ambiental: Tributação sobre emissões; Direitos Transacionáveis de emissão; Pagamentos por Serviços Ambientais.

LUSTOSA ET al. "Política Ambiental". In MAY, P. ET al. (ed.). Economia do Meio Ambiente: Teoria e Prática. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

MURADIAN, Roldan et al. Payments for ecosystem services and the fatal attraction of win-win solutions. Conservation letters, v. 6, n. 4, p. 274-279, 2013.

PERMAN, R ET al. Natural resource and environmental economics. Harlow (GB): Longman, 1996.

SILVA, M. A. R. "Economia dos Recursos Naturais". In May, P. ET al. (ed.). Economia do Meio Ambiente: Teoria e Prática. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2003. Cap. 1.

WUNDER, Sven. When payments for environmental services will work for conservation. Conservation letters, v. 6, n. 4, p. 230-237, 2013.

YOUNG, C. E. F.; DE BAKKER, L. B. . Instrumentos econômicos e pagamentos por serviços ambientais no Brasil. In: Forest Trends. (Org.). Incentivos Econômicos para Serviços Ecossistêmicos no Brasil. Rio de Janeiro: Forest Trends, 2015, p. 33-56.

3. Políticas ambientais baseados em instrumentos econômicos: ICMS Ecológico; Cobrança pelo uso da água; Mercado de



**Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e  
Desenvolvimento**

**IEP 810 POLÍTICA E ECONOMIA AMBIENTAL  
DOCENTE: CARLOS EDUARDO FRICKMANN YOUNG**



Cotas de Reserva Ambiental; Mercados de créditos de carbono; Compras públicas sustentáveis.

CASTRO, B. S. de; Young, C. E. F.; AMEND, M. ICMS ecológico no Amazonas [livro eletrônico]: uma proposta para o desenvolvimento sustentável. 1. ed. Manaus: Idesam, 2022.

CASTRO, B. S.; Young, C. E. F.; COSTA, L. A. N.; COSTA, D. S. O ICMS Ecológico como uma política de incentivo dos gastos ambientais municipais. *Desenvolvimento em Debate (INCT/PPED)*, v. 7, p. 181-199, 2019.

MAY, Peter H. et al. Cotas de reserva ambiental no novo código florestal Brasileiro: uma avaliação ex-ante. CIFOR, 2016.

SILVA, Renato Cader et al. Sustainable public procurement: the Federal Public Institution's shared system. *Revista de Gestão*, 2018.

YOUNG, Carlos E. F.; CASTRO, Biancca S. Financing mechanisms to bridge the resource gap to conserve biodiversity and ecosystem services in Brazil. *Ecosystem Services*, v. 50, p. 101321, 2021.

4. Valoração dos ambientais: principais técnicas de valoração empregadas na análise econômica do meio ambiente. Estudos de valoração ambiental no Brasil. Estatísticas ambientais e sua incorporação no sistema de Contas Nacionais: Contas Econômicas Ambientais; PIB Verde; indicadores ambientais.

Agência Nacional de Águas (Brasil). Contas econômicas ambientais da água no Brasil 2013–2015. Agência Nacional de Águas, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Secretaria de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental. Brasília: ANA, 2018.

SEROA DA MOTTA, Ronaldo. Manual para valoração econômica de recursos ambientais. IPEA/MMA/PNUD/CNPq, 1998.

YOUNG, C. E. F. et al. Roteiro para a valoração de benefícios econômicos e sociais de unidades de conservação. Curitiba: Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza, 2015.

YOUNG, Carlos Eduardo Frickmann; MEDEIROS, Rodrigo. Quanto vale o verde: a importância econômica das unidades de conservação brasileiras. Rio de Janeiro: Conservação Internacional, v. 180, 2018.